

O quadro de política climática

Uma apresentação do quadro da política climática da Suécia.



Fotógrafo: Pixabay

Dia de verão em Estocolmo. A meta de longo prazo, de acordo com a Lei do Clima, significa que, até 2045, a Suécia não terá nenhuma emissão líquida de gases de efeito estufa para a atmosfera, a fim de alcançar subsequentemente emissões negativas.

O quadro de política climática

Na quinta-feira, 15 de junho, o Riksdag (Parlamento) tomou uma decisão sobre a introdução de uma estrutura de política climática para a Suécia, contendo novas metas climáticas, uma Lei do Clima e planos para um conselho de política climática. O objetivo do quadro é criar uma política climática clara e coerente. O quadro é baseado num acordo dentro do Comité Interpartidário sobre Objetivos Ambientais.

O quadro da política climática é a reforma climática mais importante da história da Suécia. Proporcionará as condições de longo prazo para que as empresas e a sociedade implementem a transição necessária para resolver o desafio da mudança climática. Pela primeira vez, a Suécia terá uma Lei declarando que cada governo tem a obrigação de seguir uma política climática baseada nos objetivos climáticos adotados pelo Riksdag. Cada governo deve também relatar claramente o progresso dos seus esforços. Pela primeira vez, a Suécia terá metas climáticas de longo prazo após 2020 e um conselho de política climática independente que analisa e controla a política climática. A reforma é uma componente chave dos esforços da Suécia para cumprir o Acordo de Paris.

Os pilares do quadro de política climática

O quadro da política climática consiste em três pilares: uma Lei do Clima, metas climáticas e um conselho de política climática.

A Lei do clima

- A Lei do Clima estabelece que a política climática do Governo deve basear-se nos objetivos climáticos e especifica como o trabalho deve ser realizado.
- O Governo é obrigado a apresentar um relatório climático todos os anos na sua Lei de Orçamento.
- A cada quatro anos, o Governo é obrigado a elaborar um plano de ação de política climática definindo como as metas climáticas serão alcançadas.
- A nova Lei do Clima entrará em vigor em 1 de janeiro de 2018.

Metas climáticas

Até 2045, a Suécia terá atingido a neutralidade em termos de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera e deverá, a partir de então, atingir emissões negativas. Emissões negativas significa que as emissões de gases de efeito estufa de atividades na Suécia são menores que, por exemplo, a quantidade de dióxido de carbono absorvida pela natureza como parte do ecociclo, ou menos que as emissões que a Suécia ajuda a reduzir no exterior investindo em vários projetos climáticos. No entanto, as emissões remanescentes de atividades em território sueco serão pelo menos 85% mais baixas do que em 1990.

As emissões na Suécia nos setores que serão cobertos pelo regulamento da UE sobre a divisão de responsabilidades devem, em 2030, ser pelo menos 63% mais baixas do que as emissões em 1990, e pelo menos 75% mais baixas até 2040. As emissões cobertas são principalmente provenientes dos transportes, máquinas, pequenas instalações industriais e de energia, habitação e agricultura. Estas emissões não estão incluídas no

Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia, que cobre a maioria das emissões da indústria, eletricidade e aquecimento urbano, e os voos que partem e chegam ao Espaço Económico Europeu (EEE). De forma similar ao objetivo de longo prazo, partes das metas podem ser alcançadas até 2030 e 2040 por meio de medidas suplementares, como o aumento da absorção de dióxido de carbono pelas florestas ou o investimento em vários projetos climáticos fora do território nacional. Tais medidas podem ser usadas para atingir um máximo de 8 e 2 pontos percentuais, respectivamente, das metas de redução de emissões até 2030 e 2040.

As emissões do transporte doméstico, excluindo a aviação doméstica, serão reduzidas em pelo menos 70% até 2030 em comparação com 2010. A razão pela qual a aviação doméstica não está incluída na meta é que a aviação doméstica não está incluída no Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia.

Conselho de Política Climática

O terceiro pilar do quadro é um conselho de política climática encarregado de auxiliar o governo, fornecendo uma avaliação independente de como a política geral apresentada pelo governo é compatível com as metas climáticas. O conselho avaliará se a direção de várias áreas políticas relevantes aumentará ou reduzirá a probabilidade de alcançar as metas climáticas.

Contexto

Na sua Declaração de Governo de 2014, o Governo anunciou que seria introduzido um quadro de política climática. Em 18 de dezembro de 2014, o Governo encarregou o Comité Interpartidário sobre Objetivos Ambientais de propor um quadro de política climática e uma estratégia climática para a Suécia. O Comité apresentou um acordo entre o Partido Social Democrata, o Partido Verde, o Partido Moderado, o Partido do Centro, o Partido Liberal e os Democratas Cristãos (e em algumas partes o Partido de Esquerda) contendo um grande número de propostas para reforçar a política climática na Suécia (SOU 2016: 21 e SOU 2016: 47). Em 14 de março de 2017, o Governo apresentou um projeto de lei sobre um quadro de política climática, com base nas propostas do Comité de Partes Interessadas sobre os Objetivos Ambientais. O Riksdag adotou a Lei do Clima e as novas metas climáticas em 15 de junho.

Ligações

- [O quadro de política climática \(em inglês\)](#)
- [The Swedish Environmental Protection Agency \(em inglês\)](#)